

Religião e segregação sócio-espacial na análise da construção do sujeito na modernidade brasileira

Sérgio Gonçalves de Amorim

Doutorando em Ciências da Religião – PUC-SP

Resumo: A exclusão sócio-espacial caracteriza o espaço urbano como uma estratégia de dominação de grupos hegemônicos sobre o corpo da sociedade. Neste contexto, qual tem sido o papel da religião, o de promover ou de atenuar esta segregação com vistas à dominação? As práticas religiosas situam-se entre um ideal de diminuir esta segregação e da promoção da mesma, com implicações na construção ou não de certa autonomia do sujeito consciente de sua responsabilidade no exercício de sua relativa liberdade.

Palavras-chave: religião; segregação sócio-espacial

Abstract: The socio-spatial exclusion characterizes the urban space as a strategy of domination of hegemonic groups on the body of society. In this context, what has been the role of religion, to promote or mitigate this segregation with a view to domination? Religious practices are between an ideal to reduce this segregation and promoting it, with implications for the building or not a certain autonomy of the subject aware of his responsibility in the exercise of its relative freedom.

Keywords: religion, socio-spatial segregation

1. Apontamentos teóricos – religião, segregação sócio-espacial e construção do sujeito na modernidade brasileira

Na origem das cidades há motivações religiosas que envolvem questões de poder e que *marcam* o espaço urbano na forma de segregações sócio-espaciais, isto desde as cidades da Antiguidade, atravessando a Idade Média e a adentrando a Modernidade até os nossos dias, conforme Mumford (2004).

Somente nas cidades que se fizeram arquitetonicamente à estatura do humano e prezaram um *drama urbano dialogado* realizaram consideráveis avanços na humanização das relações sociais e de uma compreensão mais profunda do ser humano, como nas cidades-estado gregas do século V a.C. e nas cidades medievais que viveram sob forte influência dos mosteiros e das guildas (ibidem).

A segregação sócio-espacial é uma característica importante das cidades, estabelecendo padrões de diferenciação social e de separação, que variam na cultura e na história, e estruturam a vida pública e o relacionamento dos grupos sociais no espaço da cidade, conforme Caldeira (2000).

Na atualidade, a violência e o medo têm dado origem a novos modos de segregação sócio-espacial e discriminação social, em que as classes mais altas se valem de enclaves fortificados para residência, trabalho, lazer e consumo, incorporando preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências pejorativas aos pobres e marginalizados (ibidem).

No Brasil a construção de *cidades de muros* é um emblema da segregação sócio-espacial que traduz diferenças, divisões e distâncias, separações, regras de evitação e de exclusão, restrições ao movimento, isolamento, distanciamento e encarceramento daqueles considerados perigosos, naturalizando preconceitos e dividindo o mundo entre o *bem* e o *mal* (ibidem).

Esta tendência que *habita* as cidades desde suas origens impossibilita uma razoável vida pública e viabiliza o domínio de uns poucos sobre muitos, colocando uma questão: “Que outro nome dar à civilização tecnológica que conduz à clandestinidade as

artes, a política, a vida vivida, a experiência do outro em nós (germe de uma civilização universal), senão o de barbárie?”, conforme indaga Novaes (2004: p.18).

A atual democracia carrega em si contradições, pois “celebra o conflito (...) A escolha é simples: ser vencedor ou fazer parte da coorte dos “deserdados sociais” (...), dos marginais, dos indivíduos em via de exclusão (...) a ideologia dominante que faz de todo outro um adversário, alguém dedicado ao mal, sem que se veja primeiro seu próprio trabalho de destruição”, afirma Enriquez (2004: p.53-54).

Este quadro tem feito de determinadas cidades uma *fobópolis*, em que a violência e o medo têm aprofundado as segregações sócio-espaciais e a crise dos espaços públicos, transformando o que deveria ser um regime de exceção em um paradigma de governo, de acordo com Souza (2008).

As práticas religiosas têm sido ambíguas nas *ciudades de muros* ou *fobópolis*, ora promovendo-as, ora não. Isto se dá na medida em que as práticas religiosas são intolerantes umas com as outras, reduzindo as possibilidades de diálogo e de intervenção construtiva na ordem sócio-espacial; e/ou quando as religiões se *alienam* relativamente aos processos de segregação sócio-espacial, à medida que se inserem e se valem dessas espacialidades perversas *reificando-as* em sua afirmação de poder através do espaço urbano, sobretudo, se isso se dá a partir de *arquiteturas monumentais fetichizadas* e redutivas das escalas humanas.

O processo de secularização também contribui para certa inoperância das práticas religiosas em instituir um *diálogo urbano* que faça arrefecer a *fobópolis* em direção a uma nova *hierópolis* mais tolerante às diferenças.

No universo das religiões, a “prática da tolerância exige, assim, mais do que a passiva aceitação de conviver com a presença da multiplicidade humana, ela requer a contínua construção de uma identidade coletiva (...) O tolerante que apenas assume sua condição de inércia em face do rosto do mundo em que vive se esquece da força inequívoca de todos os mecanismos de exclusão, eles mesmos produtores de sentido” afirma Bignotto (2004: p.77).

Em todas suas estruturas, a cidade expressa determinadas relações de poder que se espacializam, dando forma material às relações simbólicas entre os seres humanos: “as estruturas muradas urbanas configuram um sistema retórico – ou simbólico, em um nível mais primitivo – e um sistema topológico que se constituem como expressão

plástica e espacial destas estruturas inconscientes coletivas e arcaicas”, afirma Silva (2007: p.134).

O campo simbólico religioso, quando de sua espacialização, implica no exercício de um poder, pois a “emergência da cidade murada se apresenta junto com a da personalidade individual, com a da moralidade e dos costumes e, ambas, com um modo específico de produção, e com o poder político e religioso que foi capaz de organizá-lo: o poder soberano” (ibidem, p. 185).

Se esta relação entre o ambiente construído e a realidade psíquica é verdadeira, e sendo o espaço urbano marcado pela segregação sócio-espacial, então seus habitantes são cindidos, mutilados, licenciosos e *desejosos* de um poder que lhes domine, dominação imposta por poucos às massas, dirigindo-lhes o *habitar* na cidade, também por meio das práticas religiosas (ibidem, 2007).

Neste contexto, as estruturas urbanas, entre estas, os lugares de culto religioso, são criações humanas que modelam subjetividades, de modo que “a violência não está na favela, e tampouco nas drogas. Nem mesmo no crime organizado ou no terrorismo ela está. A violência está em nós mesmos, e só depende do aqui e agora de cada um, de sua situação, de sua possibilidade de ter um lugar neste mundo, de falar e ser ouvido. Além da fala, o ato. E, diante deste, somente o muro. Uma abertura ouve. O muro é surdo” (ibidem, p.279).

Os lugares de culto religioso, enquanto elementos da paisagem urbana, tomados como materialidade, expressão subjetiva e técnica, situam-se, em cada caso particular, dada a polissemia inerente à situação urbana, entre os extremos citados: *entre o muro e a abertura, entre segregar e religar*.

2. Entre o religar e o segregar – alguns resultados de pesquisa a partir do universo religioso brasileiro contemporâneo

Nesta pesquisa partiu-se da *transdisciplinaridade*, no que tange aos referenciais teórico-metodológicos, de acordo com Japiassu (2006), e de um campo empírico relativo ao universo de práticas religiosas que envolvem o pentecostalismo, igrejas evangélicas tradicionais, formas do catolicismo popular e o processo de espacialização das sinagogas no município de São Paulo.

A questão da transdisciplinaridade se impõe nesta pesquisa em função do difícil estabelecimento de um paradigma próprio das Ciências da Religião, em que os pesquisadores tendem a se fecharem (segregarem) em sua área de formação, pouco se aventurando a interagir com outras áreas do saber científico, e muitas vezes, não considerando outras formas de produção de conhecimento em suas reflexões, tais como a filosofia, as artes e as próprias religiões como campo de saber, de modo que a relação entre pesquisador e objeto pretende-se neutra, quando, na realidade, o *objeto religião é influenciado pelo e influencia ao observador*, ao estilo das críticas às ciências proposta por Santos (2002).

Em segundo lugar, a transdisciplinaridade pode contribuir para se perceber o quanto há intransigências e ausências de diálogos (segregações) entre as práticas religiosas, como discorre Aragão (2006).

Os resultados a seguir apresentados correspondem a apontamentos gerais que serão oportunamente aprofundados nas etapas seguintes desta pesquisa, ainda em curso.

A observação do processo de espacialização das sinagogas na cidade de São Paulo apresenta para um grupo étnico-religioso que ao promover sua auto-segregação possibilitou-se, ao longo da segunda metade do século XX aos dias atuais, uma inserção privilegiada na cidade, tornando-se parte das elites paulistanas. Estes grupos são, na atualidade, cada vez mais reservados e segregados, sobretudo, a partir das possibilidades sempre eminentes de virem a ser alvo de ataques terroristas, mesmo em terras brasileiras. Mas, o fato é que sua estratégia de auto-segregação tem promovido a inserção com um dos grupos hegemônicos na *fobópolis*.

Noutra realidade da *cidade de muros* estão os grupos pentecostais. De um modo geral, estes tendem a reproduzir a mesma lógica espacial que hierarquiza os territórios entre os níveis locais, estaduais e/ou federais, particularmente daquelas igrejas que se fazem representar no Distrito Federal ou capital estadual, formando igrejas em rede hierárquica. Mesmo no nível local, muito dos grupos pentecostais possuem uma igreja sede e diversas congregações. Com esta forma de ocupação e hierarquização do espaço e das igrejas enquanto elementos da paisagem urbana, os grupos pentecostais constroem e reafirmam a mesma lógica de dominação sócio-espacial da *fobópolis*, apesar de seu discurso cristão de igualdade entre os fiéis.

Entre as igrejas evangélicas tradicionais analisadas estão quatro igrejas batistas, uma “Primeira Igreja” que fundou uma outra no mesmo município, a qual em seguida fundou mais outras duas. Os batistas atuam na escala do município, embora tenham representações estaduais e nacionais, mas que não afetam a vida de cada igreja, que possui sua autonomia administrativa. No caso estudado, esta “Primeira Igreja” além de encerrar prematuramente sua função de fundar novas igrejas no município, partiu para uma outra lógica, que é a de crescimento numérico, contando com mais de quatro mil membros, reduzindo as possibilidades das interações pessoais à medida que institui o *monumental* em seu meio, tornando-se literalmente uma igreja de massas. As demais igrejas permanecem com cerca de cento e vinte membros. No entanto, em todas estas igrejas prevalece pouco interesse em intervir na problemática sócio-espacial da cidade, e na medida em que demonstram este desinteresse, reafirmam as características de segregação que caracteriza o espaço urbano, inserindo-se, inclusive arquitetonicamente enquanto igreja, neste meio segregado.

Dentre as manifestações do catolicismo popular analisou-se algumas das igrejas do Santo Daime. Estas buscam estabelecer seus lugares de culto em locais fora das cidades, mas o que se tem observado é que as lógicas urbanas não estão ausentes do psiquismo de seus fiéis, sobretudo ao se afirmarem suas lideranças e se retomando as estruturas hierárquicas típicas do ambiente urbano. Quando ocorrem competições por hegemonias entre os grupos que compõem tais igrejas, estas conduzem a rupturas, e não raro, com a ocorrência entre seus membros de disfunções psíquicas sérias e algumas vezes comprometedoras, de modo que se percebe que a segregação está no psiquismo destes praticantes, quando muitas vezes estes que *surtam* deixam de ser assistidos por aqueles que eram seus companheiros de doutrina. As fragmentações psíquicas nestes casos são reflexos daquelas outras segregações da *fobópolis*, que estes grupos negam em suas práticas, mas que ainda assim *habita* entre seus fiéis, em seu interior, em seu psiquismo, irrompendo de modo dramático em casos psiquiátricos, embora os próprios praticantes e muitos dos pesquisadores destas manifestações religiosas procurem não tratar estas ocorrências em suas práticas religiosas e em pesquisas respectivamente, *segregando o segregado*, fetichizando seu objeto de fé e de pesquisa, em cada caso, cindindo-o e não o abordando em sua totalidade, em seu *bem* e seu *mal*.

3. Conclusões parciais

Religião e cidade possuem relações ambíguas. Se de uma parte, as práticas religiosas atuam de modo a *re-ligar* determinados grupos sociais no seio da urbe, de outra, os códigos religiosos acabam por particularizar estes grupos diante de outros grupos religiosos ou não religiosos, sobretudo na forma de intolerâncias e preconceitos, fragmentando o tecido social e promovendo uma segregação sócio-espacial na cidade. A *fobópolis* não tem plenamente o fato religioso como seu fundamento, a não ser para reafirmar as segregações que garantem a hegemonia de determinados grupos sociais diante de outros, de modo que estas ambigüidades permitem afirmar que as práticas religiosas situam-se entre um ideal de diminuir esta segregação e da promoção da mesma, com implicações na construção ou não de certa autonomia do sujeito consciente de sua responsabilidade no exercício de sua relativa liberdade na *cidade de muros*.

4. Bibliografia

ARAGÃO, Gilbraz S. “Transdisciplinaridade e diálogo entre católicos e xangozeiros no Recife”. *Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP*, v. 5, p. 107-130, 2006.

BIGNOTTO, N. “Tolerância e diferença”. In: NOVAES, A. (org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Ed. 34 / Edusp, 2000.

ENRIQUEZ, E. “O outro, semelhante ou inimigo?” In: NOVAES, A. (org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

JAPIASSU, H. *Sonho transdisciplinar e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro, Imago, 2006.

MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes, (original 1961) 2004.

NOVAES, A. “Crepúsculo de uma civilização”. In: NOVAES, A. (org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

SANTOS, B de S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Afrontamento, 2002.

SILVA, L. F. da C. e. *O Muro e a Abertura: sobre as origens e o presente do nómos do espaço urbano*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, tese, 2007.

SOUZA, M. L. de. *Fobópolis – O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.